

**- CXXXVII -****AS RECONFIGURAÇÕES DO SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL**

**Tarcísio Luiz Pereira**  
UFMS/Brasil  
tarcisio.pereira@ufms.br

**Silvia Helena Andrade de Brito**  
UFMS/Brasil  
[silvia.brito@ufms.br](mailto:silvia.brito@ufms.br)

**Introdução do problema**

Considerando que a educação superior privada no Brasil vinha passando por grandes transformações e um significativo processo de expansão desde os anos 1970-1980 (SAMPAIO, 2000), a partir da década de 1990, com a Reforma do Estado e com outras reformas educacionais implementadas no país, se criaram condições ainda mais favoráveis para a continuidade da política de expansão da educação superior privada. A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) nº 9.394/96, por exemplo, ampliou os tipos de IES que poderiam existir a partir de então, ao prever, em seu 45º artigo, a possibilidade da educação superior ser *“ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”* (BRASIL, 1997, p. 20).

Tais elementos, combinados à legislação que fortaleceu a presença privada na educação superior (SAMPAIO, 2011), bem como o aporte financeiro do Estado, por meio de políticas de sustentação do acesso e permanência dos alunos nas citadas instituições, sustentaram e fortaleceram o processo de expansão ocorrido nas duas primeiras décadas do século XXI. Este último processo de expansão, que implicou em reconfigurações das instituições de educação superior privadas, é o objeto desse artigo. Sendo assim, o objetivo deste texto é analisar as reconfigurações do setor privado no ensino superior no Brasil, principalmente a partir dos anos 2000, traçando brevemente uma linha histórica da expansão e aportes políticos que este segmento vem tendo nas últimas décadas no país.

Para tal, serão utilizados, além do aporte bibliográfico da produção sobre o tema, os textos legais e outros documentos que deem suporte empírico às análises aqui esboçadas.

## Desenvolvimento

Longe de desautorizar a participação da iniciativa privada na oferta de educação superior, o poder público brasileiro promoveu políticas de incentivo ao crescimento desse setor. Nota-se, portanto, que a expansão desse nível de ensino, ao longo dos anos 1990 não promoveu a equidade social no país, uma vez que a maioria dos universitários se encontrava matriculados na rede privada: de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), referentes a 1998, 78,5% das IES eram privadas e respondiam ao montante de 62,1% do total de matrículas (INEP, 1998).

Considera-se, neste processo, que a aceleração do desenvolvimento econômico a partir dos anos 2000, e as mudanças ocorridas no perfil de consumo por parte de parcelas expressivas da classe trabalhadora, produziu um mercado de educação superior privada no país expressivamente potencializado por meio de fusões e aquisições no setor, que passaram a ser o filão mais lucrativo deste negócio ao longo dos últimos anos, no cenário nacional.

Simultaneamente à atuação de grandes grupos, outras empresas de médio e pequeno porte vêm se movimentando nesse cenário. Valendo-se das estratégias de fusão e aquisição, essas empresas menores articulam as condições necessárias para garantir a continuidade de seus respectivos negócios nesse setor econômico do país. Essas articulações têm gerado um novo cenário competitivo desse setor que movimentou, em 2015, R\$ 49.3 bilhões (VALOR ECONÔMICO, 2016).

Com o processo de mundialização da economia, a educação superior passou a ser mais um produto de consumo. Segundo Trindade (1999, p. 89), esse novo contexto contribuiu para uma nova regulamentação por parte do Estado, com a criação de novos incentivos, e o conseqüente favorecimento do mercado nesse setor.

Cabe destacar, aqui, as recomendações dos organismos internacionais para a educação superior dos países que ocupam o espaço periférico no sistema capitalista, tal como o Brasil: a expansão do setor privado em detrimento do setor público; a busca por fontes alternativas de financiamento para o setor privado; a difusão do discurso relacionado à eficiência empresarial em mecanismos de gestão; o aprimoramento da qualidade e a diversificação das instituições de educação superior privada. Estas recomendações foram seguidas no Brasil com o apoio do Estado – por meio de isenções fiscais e programas de financiamento público (Financiamento Estudantil - FIES e o Programa Universidade para Todos - Prouni) – e com o incentivo financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (PEREIRA, 2017).

## Conclusões

Desse modo, apesar da crise mundial na qual se encontra o capitalismo, o crescimento do mercado de educação superior se manteve no cenário brasileiro devido ao amparo concedido pelo Estado, especialmente a partir de 2008, quando um novo ciclo de fusões e aquisições passou a ocorrer nesse setor empresarial, favorecendo a reconfiguração do setor, com formação de monopólios educacionais.

Nessa perspectiva, a expansão da educação superior privada é compreendida como um processo de massificação que envolve a oferta de cursos aligeirados (flexíveis) e a comercialização dos serviços educacionais. Dessa forma, a demanda de acúmulo do capital internacional é atendida nesse processo, por meio de parcerias entre o capital financeiro e as IES privadas. Dentre os maiores grupos educacionais privados, nacionais e internacionais, atuantes no Brasil que, graças aos mecanismos antes destacados, tornaram-se empresas de capital aberto, com ações em bolsa, destacam-se: Anhanguera; Anima; Estácio; Kroton; Ser Educacional; Devry; Laureate; e Universidade Paulista (Unip). Segundo os dados do INEP (2015), o Brasil atualmente acolhe um dos maiores números de Instituições de Ensino Superior Privadas (IESPs) do mundo, representando um polo significativo para o desenvolvimento desse setor mercadológico.

Partindo dos dados divulgados pelo INEP, e pelas empresas de consultoria do setor (PEREIRA, 2017), nota-se que nos últimos dez anos houve um aumento significativo do número de matrículas ofertadas pelas IESPs. Comparando-se o número de IES públicas com a quantidade de IES privadas, entre 2005 e 2015, tínhamos 231 IES públicas em 2005 e 295 em 2015, contra 1934 IES privadas em 2005 e 2.069 em 2015.

Cabe notar ainda que, embora tenha havido um pequeno aumento na quantidade de IES, tanto públicas quanto privadas, nesse mesmo período, houve um aumento significativo na quantidade de estudantes matriculados nas instituições de educação superior privadas: nas IES públicas havia, em 2005, 1.192.189 estudantes matriculados e em 2015 este número teve um pequeno aumento para 1.952.145; já nas IES privadas havia, em 2005, 3.260.967 estudantes matriculados e em 2015 houve um aumento para 6.075.152 matrículas (INEP, 2005-2015). Ou seja, houve um crescimento exponencial do número de matrículas no período nas IES privadas, 2.814.185 estudantes a mais, alcançados com o apoio estatal, especialmente por meio do FIES.

Em outras palavras, o aumento no número total de IESPs (6,98%) e na quantidade de matrículas (86,29%) no período de 2005 a 2015, comprova a concentração/centralização do capital no setor privado de educação superior brasileiro, anunciando a reconfiguração das empresas do setor, na perspectiva de sua oligopolização.

## Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Cascavel: UNIOESTE, 1997.

ENSINO SUPERIOR PRIVADO tem receita de R\$ 49,3 bi no Brasil em 2015. **Valor Econômico**. Ed. 22/06/2016. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/empresas/4610699/ensino-superior-privado-tem-receita-de-r-493-bi-no-brasil-em-2015>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. **Sinopse Estatística do Ensino Superior. Brasília: Inep, 2005-2016**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 16 de dezembro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Censos da Educação Superior**. Brasília: INEP, 1998 e 2005-2015. Disponível em: <[www.inep.gov.br](http://www.inep.gov.br)>. Acesso em: 12 de março de 2015.

PEREIRA, T. L. **Monopolização do ensino superior privado no Brasil por meio de processos de fusões e aquisições: o Grupo UNIESP em questão**. Campo Grande: 2017. Tese (Doutorado em Educação) – UFMS. Disponível em: <<https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalho-arquivos/download/4776>>. Acesso em 15 jan. 2018.

SAMPAIO, H. O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações. **Revista de Ensino Superior da Unicamp**, 2011. Disponível em: <<http://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/o-setor-privado-de-ensino-superior-no-brasil-continuidades-e>>. Acesso em: 23 out. 2016.

\_\_\_\_\_. **Ensino superior no Brasil: o setor privado**. São Paulo: Hucitec; FAPESP, 2000.

TRINDADE, H (Org.) **A universidade em ruínas: na república dos professores**. Petrópolis: Vozes; Porto Alegre: CIPEDES, 1999.